

Incompetência ou má fé

Governo do Estado quer trocar arrecadação de R\$ 3 bilhões por R\$ 300 milhões e ainda doar à iniciativa privada a CEDAE na Barra da Tijuca

Fotomontagem: J. Paulo Carneiro



A história se repete. Eleitos com a bandeira de não privatizar a CEDAE, Anthony Garotinho e Marcello Alencar cada vez se parecem mais. Marcello privatizou a CEDAE em Campos e na Região dos Lagos, e agora Anthony Garotinho inicia o processo de privatização da companhia na Barra da Tijuca/Recreio/Jacarepaguá. O que as duas privatizações têm em comum? Marcello recebeu um valor simbólico para entregar todos os investimentos da CEDAE na Região dos Lagos. E Garotinho vai também receber um valor simbólico para doar a Região da Barra/Recreio/Jacarepaguá. Hoje, o consórcio internacional Prolagos condiciona o início da primeira etapa da construção do sistema de esgotamento sanitário da Região à liberação de financiamento pelo BNDES e CEF. Já para os serviços na Barra, o governo Garotinho prevê investimentos da ordem de R\$ 300 milhões pela empresa vencedora da licitação. Em contrapartida, vai doar à concessionária vencedora um faturamento projetado no próprio edital da ordem de R\$ 3 bilhões. E por esta outorga, o Estado receberá apenas R\$ 20 milhões à vista e 10% da arrecadação mensal - cerca R\$ 300 milhões, ao longo de 15 anos, para serem divididos entre Estado e Município - que a empresa privada poderá recuperar em apenas três meses, tendo em vista que o faturamento atual da CEDAE na Barra é de R\$ 7,8 milhões/mês. Além disso, o edital não exige investimentos nos primeiros meses, o que dará tempo à empresa privada vencedora de buscar os recursos necessários junto ao BNDES - R\$ 299 milhões, que certamente serão pagos pelos consumidores, através da tarifa. Um presentão, para ninguém botar defeito.

Páginas 4, 5, 6 e Editorial

Página 7

Economista diz que privatização do saneamento é um ato criminoso, "digno de código penal"

Aguas subterrâneas: opção barata para o interior do Estado

Página 8

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Dario Mondego

Diretor Vice-presidente

Paulino Cabral da Silva

Diretor Administrativo

Júlio César de O. Antunes

Diretor Financeiro

Edson Reis da Silva

Diretor de Comunicação

Jaime Dutra Noronha

Diretor Técnico

Márcio de Melo Rocha

Diretor Social

Antônio Carlos Álvares Grillo

Diretor Representante dos

Aposentados

Walcyr Goulart Mariosa

Diretor Adjunto

João Benedito Lorenzon Mello

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores

Sérgio Rego Rodrigues

Advogados

Sueli Kolling Turano

Analistas de Sistemas

César Lima da Graça

Arquitetos

Júlio Celso Bragança Gil

Aposentados

Armando Costa Vieira

Edson Bittencourt Rosa

Eliana Glória Peixoto

Leon Ambram

Maria Carmem M. M. Almeida

Contadores

Sérgio Pereira

Economistas

Pedro Evandro Ferreira

Engenheiros

Álvaro Henrique C. Verocai

Clóvis Francisco do Nascimento Filho

Jonathas Ferreira Filho

Márcio de Melo Rocha

Renato Guerra Marques

Sócios Aspirantes

Júlio César de Oliveira Antunes

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr

Bitencourt de Oliveira, Emy

Guimarães de Lemos, João Carlos do

Rego Pinto, Renato Lima do Espírito

Santo, Carlos Henrique Soares de

Menezes e Jaime Dutra Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva,

Alberto Burd e Gerson Pereira L.

Nascimento. **Suplentes:** Antônio

Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues

Leitão e Leon Ambram.

Produção e Edição

Planin - Serviços Editoriais

Tels: (021) 220-2461/524-0890

Email: planin@unikey.com.br

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério

MTB: 12.524/RJ

Diagramação e Editoração

Elétrica

J.Paulo Carneiro

Edição de Junho de 2000

Tiragem: 2.000 exemplares

Empossados os novos diretores e conselheiros

Os sócios da ASEAC voltaram às urnas no último dia 28 de junho para eleger o novo Conselho Diretor e a Diretoria Executiva da ASEAC, para o biênio 2000/2001. O atual presidente, Dario Mondego, foi reconduzido à direção da entidade, exercendo o seu terceiro mandato, juntamente com o seu vice-Presidente, Paulino Cabral da Silva, que também foi reeleito para o segundo mandato.

A cerimônia de posse dos novos diretores e conselheiros, seguida de um coquetel, foi realizada no dia 03 de julho, na sede da ASEAC, com a presença de vários associados e convidados.

A relação dos eleitos que vão ocupar os cargos de Diretoria Executiva e Conselho Diretor, conforme apuração realizada pela Comissão Eleitoral, é a seguinte:

Foto: J.Andrade



Diretoria Executiva

Diretor Presidente:	Dario Mondego
Diretor Vice-Presidente:	Paulino Cabral da Silva
Diretor Administrativo:	Júlio César Oliveira Antunes
Diretor Financeiro:	Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação:	Flávio José Soares de Moura
Diretor Técnico:	Claudino Victor R. E. Santo
Diretor Social:	César Lima da Graça
Diretor Jurídico	Aloysio Gomes Feital Filho
Diretor Adjunto:	Flávio de Carvalho Filho
Diretor Social:	César Lima da Graça
Diretor Jurídico	Aloysio Gomes Feital Filho
Diretor Adjunto:	Flávio de Carvalho Filho

Conselho Diretor

Administradores:	Luziete Francisca da Silva
Advogados:	Sueli Kolling Turano
Aposentados:	Maria Christina Piragibe
Aposentados:	Maria Carmem M. Almeida
Aposentados:	Nelson Martins Portugal
Aposentados:	Armando Costa Vieira
Aposentados:	Edison Bittencourt Rosa
Arquitetos:	Marilusa de A. da Fonseca
Aspirantes:	Wagner Goncalves Mondego
Demais Categ.:	Antonio Bastos de Oliveira
Economistas:	Firmino Gustavo Gameleira
Engenheiros:	Daisy Cristina de A. Menezes
Engenheiros:	Sidney do Valle Costa
Engenheiros:	Sidney Werneck dos Santos

De olho nas eleições

Correligionários do governador Anthony Garotinho, que prometeu reverter o processo de privatização da CEDAE caso fosse eleito, estão comemorando, em Campos, a inauguração de obras da concessionária privada "Águas do Paraíba", que eles próprios ajudaram a combater durante a campanha do atual governador.

Irmão de Garotinho, o presidente da Câmara de Vereadores de Campos, Nelson Nahim, rasgou elogios à concessionária privada, esquecendo-se das promessas do candidato Garotinho: "Quero parabenizar a empresa Águas do Paraíba que, através de contrato firmado com a prefeitura de Campos, vem fazendo cada vez mais um excelente trabalho no município, apesar dos grandes desafios e obstáculos que ainda temos na área de saneamento", disse entusiasmado, durante uma cerimônia organizada pela empresa, diante de toda a imprensa local.

Outro que também mudou de lado após a eleição do governador Garotinho foi o vereador Geraldo Pudim, que se manifestou "bastante satisfeito com a empresa privada". Pudim é o mesmo vereador que presidiu a CPI instalada na Câmara de Vereadores para apurar irregularidades no contrato firmado entre o então prefeito Sergio Mendes e a concessionária privada. A CPI concluiu seu trabalho definindo o contrato como "ilegal, danoso ao cidadão consumidor e aos interesses do Poder Público concedente".

Só resta esperar que a memória dos eleitores de Campos não seja tão curta quanto a do vereador Geraldo Pudim e do irmão de Garotinho, Nelson Nahim.

Alienação

Como costuma dizer um amigo meu, para bem caracterizar a indiferença: “um passageiro, ao invés do pânico, contempla a paisagem enquanto o avião, devido à pane, despenca desastrosamente”.

É muito triste vivermos, hoje, esse hiato da sociedade que, como aquele passageiro, pára para tantos lazeres, mas que não se liga na luta comunitária para preservação de um Estado Soberano que vem à mercê da vontade pessoal de seus governantes. Estes, valendo-se da legitimidade e da ausência temporária do poder da sociedade, temerariamente, protagonizam-se ditadores proprietários do patrimônio público que, à revelia da sociedade, sucateam-no ou doam-no aos interesses do capital privado para explorar, principalmente, os monopólios de serviços eminentemente públicos essenciais, impondo constrangimento e exclusões de camadas com menor poder de compra.

Esse estado mórbido é a conseqüência de um processo que retaliou a ação pela democracia plena, onde se cultua a liberdade, a igualdade e a preservação da cidadania; que inibiu a consciência coletiva, produzindo para os dias atuais, predominância de cidadãos egoístas.

Há de se resgatar, urgentemente, a sociedade organizada para a discussão das questões gerais de interesse coletivo que possam afetar diretamente ou indiretamente a vida da família brasileira.

Há de se fazer valer o real papel de todo cidadão que através do voto recebeu a outorga consubstanciada nos seus programas em época de eleições.

Não há que se assistir, com a passividade da sociedade, o jogo de interesses individuais ou político partidário na consecução de programas ou projetos que, comprovadamente, alguns não necessitaram de muito tempo para exibir a sua malignidade social.

A Aseac tem participado de alguns atos públicos, onde poucas pessoas presentes discutiram o interesse geral. Recentemente, estávamos na ALERJ, presentes à uma Audiência Pública e posteriormente, no Clube de Engenharia, com “meia dúzia” de lideranças comunitárias e engenheiros, gritando pelo direito de proteção, até da vida, diante dos absurdos contratados pelo governo anterior na privatização da CEG. Na sociedade usuária do gás alguns já morreram em silêncio.

Volta e meia, abordo o sacrifício da sociedade calada e entalada com os abusos da Light e da Cerj. Recentemente, um jornal do Rio fez apologia da eficiência e eficácia da Light. Se não bastasse o nosso silêncio, querem-nos idiotizar.

Tenho que, constantemente, constatar a exploração, com o aumento de tarifa e a queda da qualidade dos serviços nas privatizações das concessões dos serviços de distribuição de água em Friburgo, Petrópolis e Campos.

Na Região dos Lagos, a Aseac fez uma autêntica peregrinação nas Câmaras de Vereadores e lá preconizávamos o futuro que lhes estavam reservando com a iminente privatização da distribuição da água na Região. Dizíamos que perderiam a Cedae pública, a Cedae deles, também, a qual atribuíam mal atendimento. Alertávamos que, certamente, a futura empresa privada, além de não os satisfazer não resistiria e acabaria abandonando-os, basicamente, porque não era, ali, o eldorado que supunha ser. Era uma região subsidiada, onde há uma sociedade usuária flutuante, exigente em épocas de veraneio, todavia ausente na tesouraria da tarifa em baixa temporada, gerando uma conseqüente inadimplência. Alertávamos enfim, que se tal futurologia se consagrasse, as prefeituras não teriam nem estrutura nem conhecimento técnico para assumir aquela atividade e que a Cedae já teria se desestruturado totalmente na Região.

É. Fala-se que a Prlagos, empresa do grupo que assumiu uma metade da região e que vem subsidiando a empresa Águas de Juturnaíba, que manda na outra metade, está vivendo dias piores crescentes. A inadimplência gira em torno de 75%. Teria demitido o presidente daquela empresa e que se articula para uma possível rescisão do contrato. Veja, só! É como uma falência regional, pois a Águas de Juturnaíba não resistirá, só.

O que farão os Prefeitos? É chegando o momento, diante do iminente sofrimento da população, de um basta nessa “historinha” criativa e rentável de poder concedente.

Segundo os interesses financeiros dos Prefeitos, a distribuição de água é competência da Prefeitura, logo, é seu o poder concedente. Por isso, repassaram para a iniciativa privada o que não lhes pertencia, confiscando todos os bens da Cedae que, em última instância, é um bem público estadual, isto é, da sociedade fluminense, já que a Cedae integra o seu acervo patrimonial, por ser propriedade do Estado.

E agora, o que vão dizer! Só a prudência e o respeito à Constituição Federal trará a paz àqueles concidadãos. É que Saneamento Básico – água e esgotos – é competência comum da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Daí, cabe ao governo Estadual se fazer presente, pois a questão não é de poder para conceder e ganhar fi-

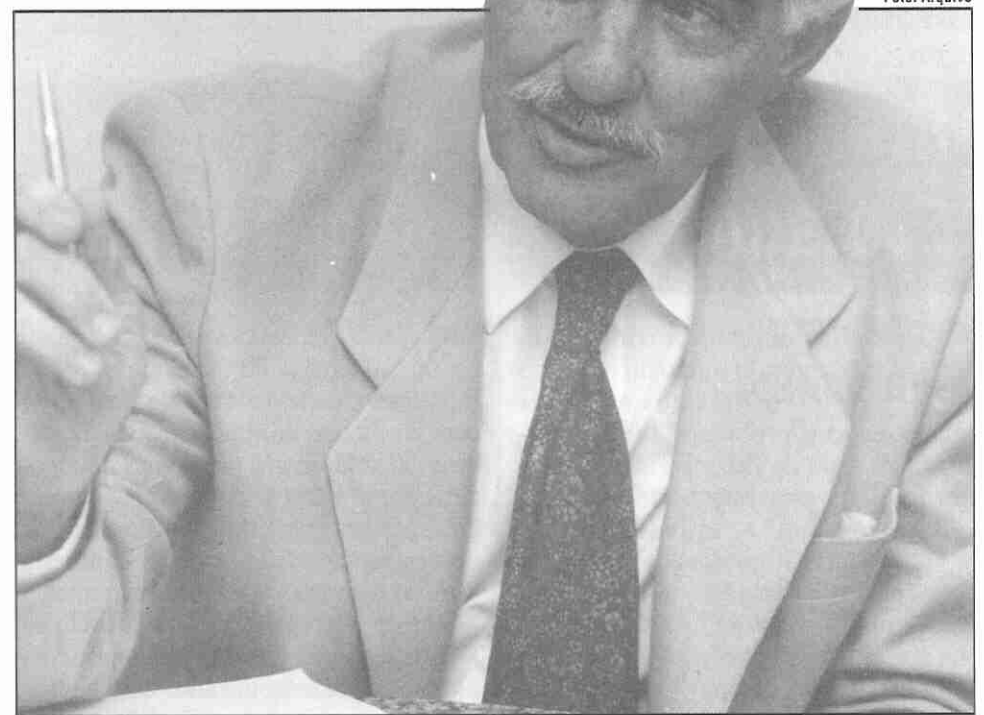


Foto: Arquivo

nanceiramente com a outorga. A saúde pública conclamará a responsabilidade dos cidadãos outorgados governantes.

Vamos lá, Cedae, reestruturar a sua missão de instrumento do Saneamento Básico, independente de Município ou de usuário pobre, rico ou remediado.

Apesar da indiferença, volta e meia, há uma reação aqui, ali ou acolá, equivocadamente, contrária à luta pela não consumação da privatização da Cedae ou de seu fatiamento. Atribuem-nos diversos qualificativos. Todas visando ao esvaziamento da ação. Não adianta. Estamos surdos por conveniência. Sabemos que por trás, há uma profissional manobra dos algozes que manipulam os incautos desinformados. Continuaremos, com outras lideranças em ascensão, na vigília crescente da cidadania, urrando para que a sociedade “acorde do sono longo e profundo, antes que tirem a sua cama e se arrebe no chão”.

“Para vencer é preciso audácia, ainda audácia e sempre audácia” (Jorge Jaques Danton)

Historicamente, esta mesma sociedade acordou e enxotou um presidente. A garotada pintada, mesmo ingênua, pressionou o Congresso Nacional. Se conseguirmos despertá-la, a tempo, que se cuidem esses dirigentes nefastos, principalmente nas próximas eleições. Não menos preocupados devem ficar Vereadores e Deputados.

Estamos quase órfãos. Já temos dúvidas a quem recorrer para alianças. Cresce o acervo da inconfidência! Resta-nos a força inquebrantável da sociedade organizada para eliminar essa minoria dominante que nos impõe a submissão ao poder internacional, comandado pelo

FMI, principalmente nas atividades vitais.

Há, também, um fio de esperança no quarto poder. A mídia tem se mostrado vigilante, embora constatemos que, vez por outra, dormita. Por exemplo: Os critérios absurdos na pretendida privatização dos serviços de água e de esgotamento sanitário nos bairros da Barra, Recreio e Jacarepaguá, eivada de estranha “matemática”, constante na última versão do Edital.

Recentemente, orquestraram um ataque intenso à Cedae, culpando-a pela poluição das praias da zona sul e da Lagoa. Subliminar! Visavam ao enfraquecimento do órgão. Como vírus, queriam, em verdade matá-la no Recreio, na Barra e em Jacarepaguá. No momento em que o governador sucumbiu-se, tudo cessou e logo o Prefeito anunciou a parceria, em seguida confirmada com a assinatura do convênio, que os termos se efetivarão com o Edital, ora questionado no judiciário antes de sua publicação.

A última versão do Edital anteriormente referida a que tive acesso tornou-me um “marciano”. Não entendi nada - é claro, no sentido figurado. Pareceu-me uma fábula para encenar um “rei e um conde”. A encomenda à Cedae de tal texto disfarçado, esconde uma doação. Para acabar com a gritaria naquela Região, os governos estadual e municipal prometeram um acerto. Só não se sabe que acerto. É só conferir na nossa reportagem da página seis.

Dario Mondego
Presidente

Revolta geral em B

Prefeitura do município vai pedir ao governador Anthony Garotinho Prolagos, se a concessionária continuar descumprindo o contrato

Se até novembro próximo – um mês antes do início do próximo verão – a Prolagos não tiver equacionado o problema do abastecimento de água de Búzios e der início a construção de uma estação de tratamento de esgotos para a cidade, a prefeitura vai procurar o governador Anthony Garotinho, para exigir a intervenção do Estado na Empresa, de forma definitiva ou provisória, por descumprimento do contrato de concessão.

A promessa é do Secretário de Planejamento de Búzios, Manoel Gomes, que garante que a paciência da população e do Poder Público local chegou ao limite e, se o governador do Estado não tomar uma decisão para resolver o problema, a prefeitura vai denunciar o contrato na justiça. Manoel Gomes está coordenando as ações do município para resolver a questão criada com a Prolagos, inclusive na justiça, se for o caso.

- Se dependesse da população, nós nem esperaríamos até o final do ano. Toda a documentação para ingressar na justiça já está pronta, mas a nova direção da Prolagos nos procurou pedindo um voto de confiança, sob a alegação de que a mudança de comando na empresa foi motivada exatamente pelo fato de os problemas não terem sido resolvidos ainda, conforme a empresa havia prometido – disse o Secretário.

População apoia intervenção

- A não ser que haja uma ação firme por parte do governador do Estado para cancelar esse contrato com a concessionária privada e procurar outra alternativa, o problema de abastecimento de Búzios vai continuar. E do jeito que está hoje, é um desastre.

O desabafo é do presidente da Associação de Hotéis de Búzios, Sérgio Rébora, que lidera um movimento na cidade pelo cancelamento do contrato com a Prolagos, com apoio de todas as associações de moradores e da Associação Comercial local.

Segundo ele, a concessionária privada não está cumprindo o contrato, pois

Segundo Manoel Gomes, desde que assumiu a operação do Sistema de Saneamento da cidade, há cerca de dois anos, com promessas de abastecer toda a cidade e dar solução aos problemas de esgotamento sanitário, a Prolagos não conseguiu colocar uma gota d'água na região do centro da cidade, onde se concentra 80% do consumo. E também não iniciou a construção da estação de tratamento de esgotos conforme previa o contrato de concessão, no prazo de um ano. "Nós chegamos a conversar com a direção da concessionária privada que nos atendeu muito bem, mas não resolveu nada", explicou Gomes, alegando que a economia do município está sendo muito prejudicada.

- Uma cidade que vive do turismo, como Búzios, não pode ter problemas de abastecimento d'água – afirmou o Secretário. Segundo ele, os problemas com a Prolagos não se limitam a Búzios, mas vem prejudicando praticamente todos os municípios da Região dos Lagos atendidos por ela, que também estão dispostos a ir à justiça. "A Prolagos conseguiu unanimidade das cidades da Região contra ela. Não tenho dúvidas de que os outros municípios vão nos acompanhar caso sejamos obrigados a recorrer à justiça. No caso de Búzios, a situação é pior, pois não temos crise de abastecimento; temos falta total de água mesmo", explicou Manoel Gomes.

além do abastecimento de água, já deveria ter iniciado a construção da estação de tratamento de esgotos. Rébora e outros líderes de entidades representativas da sociedade local estão examinando a possibilidade de procurar a Agência Reguladora de Serviços Públicos (ASEP) para cobrar providências.

Rébora explicou que os problemas com a Prolagos já eram esperados desde o início, "pois a empresa instalou uma rede de distribuição aproveitando a tubulação velha. Logo, sempre que eles tentam jogar mais água na rede, a pressão aumenta, a tubulação não suporta e estoura. Com isso muita gente fica sem



Sem conseguir ver a água chegar às torneiras, população de Búzios é obrigada a recorrer ao abastecimento público.

Cabo Frio também reclama da Prolagos

-Fizeram uma privatização de Primeiro Mundo num país de Terceiro Mundo. Além disso, o contrato firmado pelo Estado com a concessionária foi feito à revelia da Câmara de Vereadores, com critérios de análise de tarifas errados, sem considerar as condições sócio-econômicas da população. Daí os atuais níveis de inadimplência, pois a maior parte dos consumidores não tem como pagar as contas

que lhe são impostas.

O diagnóstico é do vereador Gustavo Beranger, do PDT de Cabo Frio, que, mais do que a Pro-Lagos, responsabiliza o governo do Estado pela assinatura dos contratos de concessão com a iniciativa privada, além da Agência Reguladora de Serviços Públicos (ASEP) que não faz o seu trabalho de fiscalização.

"Tanto com a Prolagos quanto com a CERJ, ocorreu a mes-

ma coisa. Assinaram contratos prejudiciais à população de vista econômico. O resultado é que houve um aumento significativo das contas e de luz. Quem não pode pagar e acabou. O problema que a CERJ corta, mas a Prolagos não tem o que cobrar, que a água não chega, e Gustavo Beranger desmentiu as acusações do presidente da Câmara de que a situação em se-

água de forma permanente, porque a solução que a empresa encontrou para preservar os tubos foi mandar uma quantidade de água pequena, suficiente para atender no máximo 20% da população", explicou.

O temor maior da sociedade é que, com a proximidade das eleições municipais, a solução do problema seja novamente adiada. Há alguns meses, a mobilização era maior. "Chegamos a formar uma comissão para cuidar do as-

sunto, com a Prolagos. Rébora e demais vereadores vão fazer uma comissão para cuidar do assunto, com a Prolagos. Rébora e demais vereadores vão fazer uma comissão para cuidar do assunto, com a Prolagos.

BÚZIOS

para intervir na
o de concessão

Foto: Tili Santos



Desde que assumiu os serviços, a Prolagos só conseguiu atender a 20% da população de Búzios, que quer ver o contrato de concessão cancelado

Empresa admite o mau serviço, mas garante que população está satisfeita

Apesar da “enxurrada” de reclamações nas duas principais cidades atendidas pela Prolagos – Búzios e Cabo Frio – o presidente da empresa, Vlamir de Castro Paes, negou, em entrevista ao Jornal da ASEAC, que o contrato de concessão assinado com o Estado esteja sendo descumprido. Ele prometeu melhorar os serviços prestados pela empresa até dezembro, inclusive de esgotos, caso sejam liberados os recursos solicitados à Caixa Econômica Federal e ao BNDES.

O dirigente da Prolagos reconheceu, no entanto, que Búzios é o município mais mal atendido pela empresa e, apesar de admitir que o abastecimento não é satisfatório, garantiu que, hoje, “existe um grau de satisfação da população muito maior”. A justificativa de Vlamir Castro Paes, ex-funcionário da CEDAE, é que a empresa, quando assumiu o sistema, encontrou uma rede muito velha e sem manutenção, que só abastecia 40% do município. Além disso, alegou que a adutora de Cabo Frio que levava água para Búzios era sangrada por ligações clandestinas em vários bairros, o que dificultava o trabalho da concessionária.

Pelas contas do empresário, cerca de 40% da população de Búzios já estão atendidos com água. Já o secretário de Planejamento do Município, Manoel Gomes, garante que 80% da área do centro, que concentra o consumo, não têm água. Apesar disso, Vlamir Paes assegurou que a concessionária construiu uma adutora de 300 mm de diâmetro, com 29 km, para atender Búzios, e triplicou o volume de água disponível, através das ETA de Juturnaíba, que produzia 150 l/s e hoje produz 600 l/s. Somados a 60 l/s

da ETA de Unamar e mais 450 l/s comprados à Águas de Juturnaíba, a Prolagos colocou à disposição da população 1.110 litros/segundo.

Contudo, a afirmação do presidente da Prolagos “bate de frente” com o depoimento do presidente da Associação de Hotéis de Búzios, Sérgio Rébora, ao Jornal da ASEAC. O empresário, que é dono da Pousada dos Reis, no Portal da Ferradura, disse que, pessoalmente, já desistiu de esperar a Prolagos para levar água até o seu estabelecimento. “Eles me prometeram há cerca de um ano que em 100 dias fariam a ligação à rede. Além de não terem cumprido a promessa, dizem que não há previsão para a água chegar”. De acordo com Sérgio Rébora, a maioria dos donos de pousadas se viram com poços artesanais e os que não têm são obrigados a pagar R\$ 120,00 por uma “pipa” d’água.

O presidente da Associação de Hotéis informou ainda que muitos consumidores estão recebendo contas da Prolagos sem ter uma gota de água. “Em muitos lugares, a empresa instalou medidores, mas a água não chegou. Mesmo assim, eles cobram consumo mínimo”. Ele citou casos de empresários do ramo de hotelaria que já receberam contas de até R\$ 1.500,00 sem ter água. “Eles – da Prolagos – dizem que não investem por causa da inadimplência que é muito grande. Mas nós não podemos pagar por um serviço que não temos”, argumentou.

Por sua vez, o presidente da concessionária privada assegurou que 3.600 metros de adutora já estão sendo instalados para ligar a antiga ETA da Alcalis diretamente a Búzios, além de 7.200 me-

tros de rede de distribuição. Segundo ele, a questão de Búzios é conjuntural, pois a população sofre há 30 anos por falta d’água. Mas até dezembro ele garante que a situação vai melhorar, embora admita que, até lá, o abastecimento só deverá cobrir 60% da população, “que deverão estar ligados à rede”.

Vlamir Castro Paes disse que já foram investidos R\$ 60 milhões, sendo R\$ 20 milhões com recursos próprios e R\$ 40 milhões de bancos portugueses – Caixa Geral de Depósito e Banco Espírito Santo. “Até agora, são R\$ 60 milhões de investimentos e R\$ 10 milhões de prejuízo”, afirmou, apesar de garantir que a empresa não deverá ser vendida, pois os sócios portugueses, ao contrário, querem ampliar sua participação no Saneamento brasileiro. Quanto ao sistema de esgotamento sanitário previsto no contrato, a empresa está aguardando a liberação de dinheiro do governo brasileiro – R\$ 60 milhões – em partes iguais de R\$ 30 milhões, da CEF e do BNDES, ainda para este ano, para então fazer as obras necessárias. Ele reafirmou que não existe nenhuma meta não atendida, porque o contrato prevê o atendimento de 30% da população até 2001.

Na opinião dos moradores, a questão do esgoto é tão grave quanto a do abastecimento, principalmente por se tratar de uma cidade turística, além do risco de doenças. Segundo o secretário de Planejamento de Búzios, a obra de construção da estação de tratamento deveria ter sido iniciada no prazo de um ano, a partir da assinatura do contrato. Mas a Prolagos condiciona o seu início à liberação de recursos pelo governo federal, através da CEF e do BNDES.

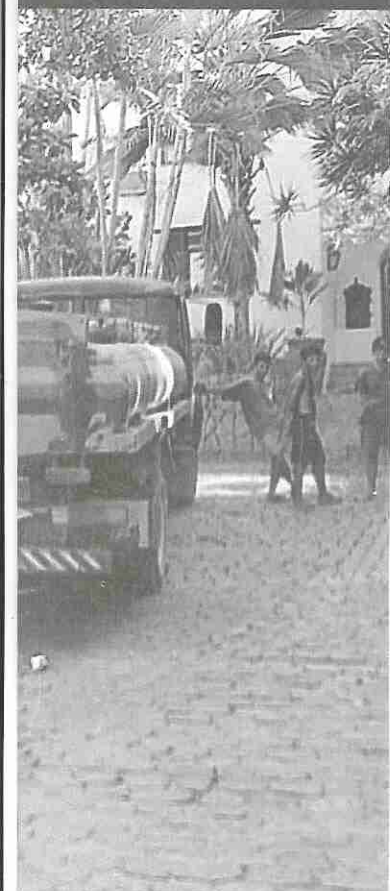


Foto: Carlo Weide Agência JB

abastecimento através de carros-pipa

contratos do município é excelente. - O que acontece é que a população já está acostumada com os problemas de falta d’água e de esgoto. No centro da cidade, ninguém teve coragem de abrir mão de seus poços – disse. Segundo o vereador, o problema mais sério é o do esgoto. “As pessoas no interior já se acostumaram a usar o mato como banheiro e no centro o destino dos dejetos é a Lagoa de Araruama”.

que foi muito bem recebida pelas autoridades, mas não houve solução”. Sério ora adiantou que vai procurar as autoridades de Búzios para examinar outras ações que possam trazer uma solução mais concreta.

Escândalo

Edital comprova que Garotinho e Conde querem doar a CEDAE na Barra



Fotos: Arquivo

Se multiplicarmos a arrecadação atual da CEDAE na Barra da Tijuca por 36 meses, ou seja, três anos, vamos chegar a um total de R\$ 280,8 milhões, valor suficiente para executar todas as obras de Saneamento necessárias na Região. Isto significa, portanto, que se for levado adiante o projeto do governador Garotinho e do prefeito Conde de privatizar os serviços de Saneamento na Barra/Recreio/Jacarepaguá, a CEDAE será praticamente doada ao setor privado.



A conclusão é do presidente da ASEAC, Dario Mondego, depois de analisar o documento elaborado em conjunto pelo Estado e Município, definindo os termos da licitação que vai “escolher” a concessionária privada, que deverá ser a responsável pelos serviços de Saneamento Básico na Região. E pergunta: “Quem ganha com a privatização da CEDAE na Barra da Tijuca?”.

Numa rápida análise das cifras que envolvem a questão, é possível encontrar a resposta. Isto porque alguns itens escondem diversas falhas, mas algumas delas são tão gritantes que chamam mais atenção. Por exemplo, o documento prevê que a nova concessionária privada terá que investir R\$ 299 milhões, durante 15 anos, na construção do emissário submarino, redes de esgoto, estação de tratamento etc.

A título de outorga, o Estado, como poder concedente, vai receber R\$ 20 milhões, em moeda corrente, na ocasião do contrato. Além desse valor, a partir do primeiro mês, a concessionária se compromete a pagar ao Estado 10% de sua arrecadação, que, considerando-se os números atuais da CEDAE, equivalem a R\$ 7,8 milhões por mês, de um faturamento da ordem de cerca de R\$ 10 milhões. Isso significa que a parcela que caberá ao Estado será de R\$ 780 mil, a preços de hoje.

“Diante desses números, é fácil concluir que, no terceiro mês, a concessionária privada terá recuperado todo o dinheiro que pagou pela outorga quando assumiu os serviços, já que a arrecadação acumulada será de R\$ 22,6 milhões, portanto, R\$ 2,6 milhões a mais do que o valor estipulado pelo Estado no edital”, analisa Dario Mondego.

Por outro lado, durante 15 anos (180

meses), a concessionária terá arrecadado um total de R\$ 1,4 bilhão de um faturamento da ordem de R\$ 1,8 bilhão, isto se for considerada a arrecadação de hoje, sem um único consumidor a mais ou aumento de tarifa e considerando os atuais níveis de inadimplência, hipóteses completamente improváveis. Por sua vez, o Estado, graças ao mau negócio que o governo terá feito no passado com o patrimônio público, vai receber como outorga um total de R\$ 160 milhões, consideradas essas mesmas condições. Em caso de ampliação do sistema, conforme prevê o edital, esse faturamento poderá chegar a R\$ 3 bilhões. Com isso, Estado e Município, juntos, terão recebido de outorga nos 15 anos, R\$ 300 milhões.

“É um péssimo negócio para o Estado, que vai obrigar a CEDAE abrir mão de uma arrecadação importante de recursos que poderiam ser reinvestidos em benefício da própria população, em favor não se sabe de quem e com dinheiro público”.

Outros absurdos do edital

Com relação aos direitos dos usuários, o edital não determina o papel da Agência Reguladora de Serviços Públicos (ASEP) na fiscalização dos serviços a serem prestados. Além disso, no documento, não há prazos definidos para a realização das obras de esgotamento sanitário necessárias, que poderão ser realizados ao longo de oito ou 15 anos, dependendo do prazo de concessão. E o mais grave, no edital, existe apenas um indicativo das obras. A concessionária vencedora só terá que apresentar o cronograma físico-financeiro dessas obras, após concluído o processo licitatório. Outro absurdo, é o fato de

que a empresa privada não terá obrigação de atender a 100% da população.

Segundo Dario Mondego, não bastasse tudo isso, o edital ainda prevê que o Estado vai subsidiar a concessionária privada, vendendo o metro cúbico da água, produzida no Guandu, por apenas R\$ 0,35. Isto quando o custo médio nacional de produção do metro cúbico é de cerca de R\$ 0,60. De acordo com a avaliação da ASEAC, as condições previstas no edital de licitação para a remuneração da outorga da concessão dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos na área da Bacia de Jacarepaguá, Barra e Recreio, além de esconder uma verdadeira “doação” do Estado ao setor privado, demonstram que, se o governador Anthony Garotinho cumpriresse sua promessa de campanha no sentido de manter a CEDAE pública, a companhia poderia perfeitamente executar as obras de Saneamento necessárias para a região da Barra.

Eternos excluídos

A ASEAC alerta para uma outra falha do edital, que poderá perpetuar a falta de atendimento a camada mais pobre da população. O documento não contempla 100% dos usuários. Nos primeiros 36 meses, devem ser atendidos, no mínimo, 80% da população com esgotamento sanitário e 90% com abastecimento de água. A partir do 96º mês, a concessionária terá a obrigação de atender, “no mínimo, 90% da população com serviços de esgotos e 95% com abastecimento de água”.

No item relativo ao esgoto sanitário, o documento não fala em “medição”, o que deveria ser exigido pelo Estado à concessionária, como ocorre com os sistemas de água, para que haja um controle

por parte da CEDAE e do estado, em caso de ocorrer algum problema que possa, inclusive, exigir a intervenção da justiça. Além disso, é importante que exista controle sobre a quantidade de esgotos que estará sendo tratada e enviada ao emissário submarino a ser construído.

O presidente da ASEAC criticou também o fato de a licitação abrir caminho para que a outorga possa ser paga ao Estado com títulos da dívida pública, ou seja, “moedas podres”, como fez o governo federal em praticamente todos os leilões de suas estatais.

As exigências de qualificação técnica também não garantem que a empresa escolhida tem capacidade para operar um sistema semelhante ao da Barra. “Para se qualificar, a licitante precisa comprovar experiência com apenas 30 mil economias”, critica a ASEAC. A qualificação econômica também é, no mínimo, estranha, pois exige apenas um índice – o de Liquidez Corrente – das empresas. Ora, considerando-se o valor de R\$ 300 milhões que a concessionária privada terá de investir, é praxe que sejam exigidos no mínimo dois ou mais índices para medir a saúde financeira das candidatas, como os índices de Liquidez Geral e de Endividamento. A própria CEDAE já usou em suas licitações, três, quatro índices, para garantir a qualidade das empresas contratadas em função do porte de suas obras.

A intenção de doar a CEDAE é tão evidente que o edital não prevê nenhuma salvaguarda para a Empresa, caso a concessionária não pague as parcelas devidas pela outorga. Por fim, no documento, não está prevista nenhuma penalidade à empresa concessionária no caso de problemas com o abastecimento de água.

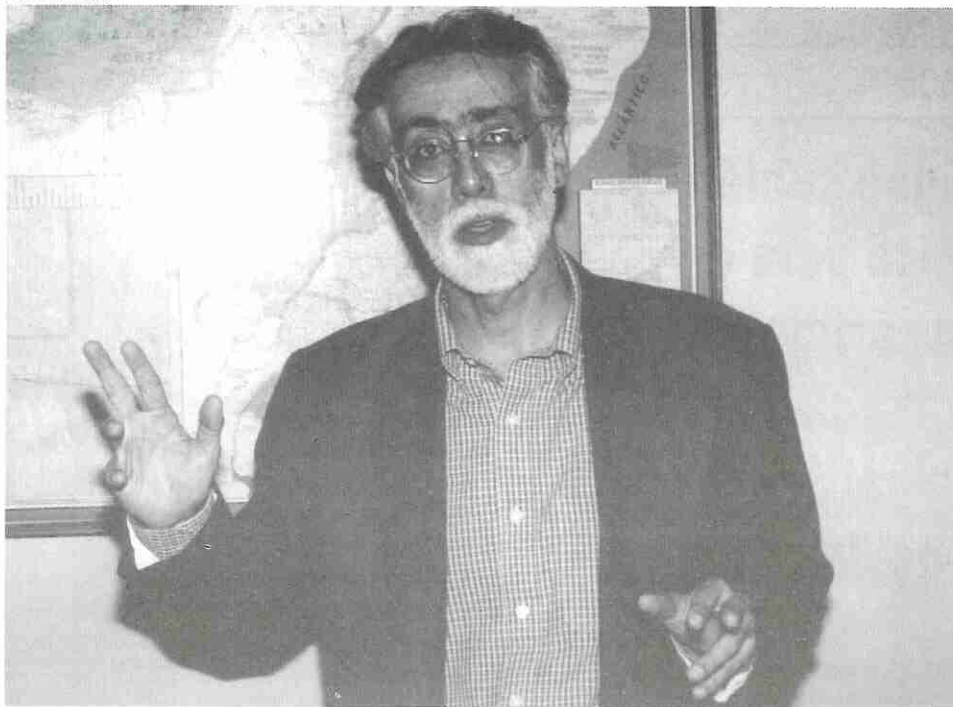
Salto mortal triplo

O “Privatizar setores sociais, como o de Saneamento Básico, é um salto mortal triplo. E financiar isso com dinheiro público, como o governo FHC vem fazendo através do BNDES, é uma anomalia perigosa, esquizofrênica e criminosa, digna de código penal”. A opinião é do economista Reinaldo Gonçalves, Diretor do Conselho Regional de Economia (Corecon) e professor titular de Economia Internacional da UFRJ, que acaba de lançar o livro “Globalização e Desnacionalização”, onde desmistifica a política de privatizações das empresas públicas brasileiras.

A análise do economista demonstra que os recursos arrecadados pelo governo federal com essas privatizações - algumas delas altamente rentáveis - não serviram até agora para reduzir um único centavo das dívidas interna e externa do país, conforme pregava o presidente Fernando Henrique, ao lançar o programa de desestatização. Ao contrário, desde o início de seu governo, em 94/95, FHC levou o déficit externo a cifras astronômicas (US\$ 250 bilhões), e a dívida interna chegou a R\$ 540 bilhões no final de 1999, passando de cerca de 15% para mais de 50% do PIB.

Estes números, relativos às contas do país no final do ano passado, jogam por terra os argumentos do governo FHC de que a venda das empresas públicas era condição fundamental para a redução do déficit público e garantia das metas fiscais. Na verdade, a transferência das estatais brasileiras para o setor privado, predominantemente para o capital internaci-

Foto: J. Andrade



Crítico ferrenho da política econômica do governo, o professor Reinaldo Gonçalves acaba de lançar um livro analisando o impacto da globalização na economia brasileira

onal, é parte do acordo assinado pelo governo FHC com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que definiu como meta prioritária para este ano a privatização dos setores de energia e Saneamento Básico.

Além disso, os dados demonstram de forma clara o grau de dependência a que a política econômica do atual governo reduziu o país, opina o diretor do Corecon: “O governo insiste no erro principal que é a abertura econômica para o exterior, política totalmente incompatível com a realidade econômica nacional”.

Para Reinaldo Gonçalves, a política econômica de FHC está levando o Brasil a um impasse, com sérias consequências de natureza social, como o desemprego, a violência etc., além de uma crise institucional grave: “A privatização das empresas públicas é uma tentativa frustrada de gerar recursos para tentar reduzir o déficit público e conseguir dólares para pagar a dívida externa. Contudo, com a sua política de juros altos, o governo criou um efeito *bola de neve* para ele próprio, elevando a dívida interna a valores incontroláveis. É a auto-

alimentação do processo, que acaba levando a um poço sem fundo” - explicou.

Reinaldo Gonçalves acha que, quando o governo FHC chega ao ponto de privatizar setores sociais como o Saneamento Básico, ele dá sinais claros de desespero, de que perdeu de fato o controle da economia. “A verdade é que, com a atual política econômica, FHC se enclacrou de tal forma que não importa mais o problema do país a longo prazo. Ele quer resolver a situação agora e deixar os problemas estruturais para o próximo governo resolver, numa demonstração de fracasso e de fragilidade de sua estratégia”.

Para o diretor do Corecon, o mais grave é que a política do governo FHC tem característica anti-capitalista nacional - não importa se estatal ou privado - mas com clara preferência pelo capital internacional:

“No caso do Saneamento Básico, a privatização assume contornos preocupantes, principalmente por suas características de monopólio natural. Além disso, com a degradação imposta aos serviços públicos pelo próprio governo, tornam-se necessários recursos extraordinários que nem o capital privado estaria disposto a investir. As empresas privadas querem explorar com curto horizonte de investimentos, para recuperar em no máximo dois anos seu capital. Depois disso, o que vier é lucro”, explicou o professor, chamando atenção para o fato de que essa situação tende a se agravar devido à fragilidade das instituições reguladoras do país.

Números comprovam fracasso do governo FHC

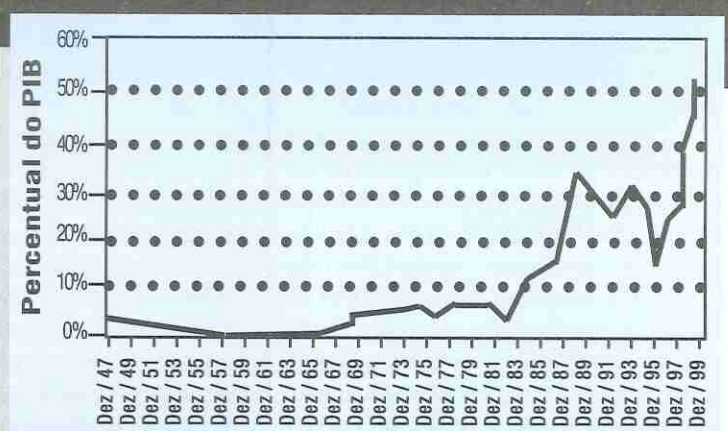
A falácia do projeto de privatização do governo está expressa nos números do próprio Programa. A venda das estatais brasileiras realizadas na década de 90, por exemplo, renderam aos cofres do governo US\$ 56,2 bilhões, com a venda de um patrimônio “avaliado” pelo próprio governo em US\$ 38,3 bilhões. Ou seja, o ganho com a desestatização foi de US\$ 17,9 bilhões, ao passo que os benefícios concedidos pelo governo federal às empresas compradoras de estatais privatizadas somaram US\$ 45 bilhões (“moedas podres”, financiamentos subsidiados e abatimento de impostos por conta do pagamento de ágio ou de dívidas acumuladas pelas empresas).

Este valor, portanto, é maior do que o patrimônio vendido e mais que o dobro do ganho obtido com as desestatizações. Desse total, US\$ 20,3 bilhões

foram emprestados aos compradores de estatais pelo BNDES, com retorno previsto para 10 anos, a taxas de cerca de 15% ao ano. É bom frisar que não existe nos bancos privados financiamentos a prazos tão longos, e a taxas de juros supera 35% ao ano. Os outros benefícios (“moedas podres”) representam US\$ 24,7 bilhões.

Em outras palavras, o governo pagou para vender as estatais ao setor privado, com dinheiro público, e não reduziu um centavo sequer da dívida do país com esse dinheiro. Operação semelhante, vem tentando fazer, agora, com a Petrobrás, vendendo 31,7% das ações ordinárias da companhia em poder da União, por R\$ 8 bilhões, sob a mesma alegação: reduzir os juros da dívida interna brasileira. Ocorre que, com um déficit de R\$ 540 bilhões, somente o serviço dessa dívi-

da (juros mais amortizações) consome, por ano, R\$ 120 bilhões. Ao abrir mão dos 31,7% de ações da estatal de petróleo, o governo está abrindo mão de recursos crescentes, hoje estimados em R\$ 1,8 bilhão/ano, tendo em vista a previsão de lucro da companhia, de cerca de 10 bilhões em 2000. Além do prejuízo para o país e para a empresa, a venda das ações não vai influenciar em praticamente nada na redução dos juros da dívida, uma vez que os R\$ 8 bilhões pretendidos pelo governo representam apenas 1,48% do total da dívida.



A dívida interna do país já chegou a representar “zero” por cento do PIB. FHC conseguiu elevar esse percentual a mais de 50% em cinco anos.

Aquífero Guarani

*Egmont Capucci

A grande reserva de água subterrânea é vital e estratégica para os países do Mercosul. Este artigo estabelece uma comparação do aquífero com os mananciais sob o solo do Estado do Rio de Janeiro.

O termo aquífero Guarani é a denominação formal dada ao reservatório transfronteiriço de água subterrânea que ocorre nas Bacias Sedimentares do Paraná e Chaco-Paraná, cuja extensão total é da ordem de 1,6 milhões de km², dos quais cerca de 1 milhão de km² ocorre no Brasil. "Uma área maior do que a França, Espanha e Portugal juntos, a uma profundidade entre 50 e 1.500 metros e uma reserva de 50 quatrilhões de litros de uma das águas mais puras do planeta, maior do que todos os rios do globo". Este é o Aquífero Guarani, ainda muito pouco explorado, com cerca de 15 mil poços em operação.

O termo Aquífero Guarani foi proposto em homenagem a Nação Guarani que habitava esta região nos primórdios do Período Colonial. Este reservatório gigante de água subterrânea é formado por derrames de basalto no Período Triássico, (245/208 milhões de anos) recobrimo sedimentos eólicos em ambiente desértico formados por imensas dunas (semelhantes ao atual deserto do Saara) do Período Jurássico, (208/144 milhões de anos) correspondentes a Formação de arenitos denominados Botucatu no Brasil. Considerando que este lençol possui uma extensão total de 1,2 milhão de km², uma espessura média aquífera de 250 metros e porosidade específica de 15 %, temos que o volume de água subterrânea estocado no Super Aquífero Guarani é de 45 trilhões de m³, ou de 45 mil km³. A análise das descargas de base dos rios desta

região indicam que estas representam entre 40 a 70 % do escoamento total, cujo valor normal médio no território brasileiro é de 15.800 m³/s, ou de 252 km³/ano. Isto significa que a taxa média de recarga dos aquíferos da região é de 8.000 m³/s. No caso do Brasil, a taxa de recarga foi estimada em 166 km³/ano, (Rebouças, 1976 e 1994) significando que com a extração de apenas 25 % desta recarga, daria para abastecer o consumo total de uma população superior aos 15 milhões de habitantes da área, a taxas de 250 l/hab/dia considerada pelas Nações Unidas como suficiente para se usufruir do conforto da vida moderna e desenvolvimento sustentado (Rebouças, 1999).

Nesse quadro, o maior alcance social e econômico do Aquífero Guarani resulta do fato de suas águas poderem ser consumidas sem serem previamente tratadas e de poder desempenhar variadas funções no escopo de gestão integrada, tais como de produção de energia geotermal, tendo em vista que as temperaturas de suas águas podem atingir entre 40 a 60 graus centígrados. Assim, sabendo-se que cada gota de água disponível pode gerar mais emprego, produtividade, qualidade de vida e mais dinheiro dentro do modelo atual de produção imposto pela globalização, a água

Foto: Arquivo



As águas subterrâneas podem custar de três a seis vezes menos

subterrânea adquire gradativamente importância fundamental, à medida em que tem uma utilização entre três e seis vezes mais barata comparativamente à de superfície, geralmente contaminadas, envolvendo captação, extensão de adutoras e tratamento, principalmente quando o objetivo é o abastecimento do consumo humano.

Relativo aos aquíferos de nosso Estado, mantendo-se as devidas proporções em comparação ao Guarani, pode-se citar como Super Aquífero as Formações Aluvionares existentes na Região Metropolitana de Campos, onde poços produtores perfurados pela CEDAE desde 1982 (atualmente operados pela Concessionária Águas do Paraíba) com profundidades em torno de 90 metros revelaram vazões específicas inéditas até então, mesmo em termos de Brasil, produzindo 150 m³/h por cada metro de rebaixamento provocado, permitindo extrações por poço em torno de 500 m³/h (138 l/s.) com reduzido custo, bastando para tanto o tratamento ex-

clusivo de ferro presente nesta formação, abrindo perspectiva futura de progressivamente se executar de forma pioneira abastecimento da Cidade de Campos por um manancial que hoje representa sem dúvida importante reserva estratégica para melhor desenvolvimento deste Município.

Prova irrefutável do que se diz pode ser comprovada atualmente na Cidade de Farol de São Tomé, devido a sua rápida expansão demográfica observada desde o momento que a CEDAE abasteceu via manancial subterrâneo aquela comunidade, justificando atualmente a implantação através da PETROBRÁS de um terminal aéreo com toda infra estrutura para apoio logístico às plataformas de perfuração. Aliás, pode ser feita uma analogia com o petróleo e a água subterrânea, onde aquela estatal acabou após décadas de pesquisa em distantes bacias por encontrar sua maior jazida atualmente explorada justamente em seu Estado Sede.

Cita-se ainda como importante lençol as aluviões do Rio Macacu, situados na Região Metropolitana do Rio, no Município de Guapimirim, onde pesquisa coordenada pela CEDAE e apoiada por Convênio de Cooperação Técnica com o Governo da Alemanha projetou quatro poços radiais (construídos com 400 metros de drenos horizontais) nesta formação com produção individual de 750 m³/h, totalizando 72.000 m³/dia.

Assim, o manancial subterrâneo desponta como fonte estratégica de abastecimento às futuras gerações, principalmente no que se refere ao abastecimento de pequenos consumidores, onde poços bem locados e construídos para Prefeituras e Indústrias têm revelado vazões de 10 a 40 m³/h em aquíferos formados por rochas duras (cerca de 70% do Estado) e vazões de 30 a maiores de 100 m³/h. nas bacias sedimentares de Campos, Duque de Caxias e Resende.

**Egmont Capucci é Hidrogeólogo da CEDAE. Atualmente, ele está lotado na Diretoria do Interior - APOB - em Niterói. Capucci já realizou a construção de dezenas de poços profundos para abastecimento de importantes cidades interioranas no Rio de Janeiro.*